

## A ESTRUTURA, A PALAVRA, O ACONTECIMENTO

Paul Ricoeur  
(trad. Iray Carone)

A intenção desta contribuição é reconduzir a discussão sobre os estruturalismos ao seu lugar de origem: a ciência da linguagem, a linguística. É aí que temos oportunidade, ao mesmo tempo, de esclarecer o debate e desapaixaná-lo. É aí que podem ser apercebidos a validade da análise estrutural e o limite desta validade.

1) Eu desejaria mostrar que o tipo de inteligibilidade que se exprime nos estruturalismos triunfa em todos os casos onde se pode:

a — trabalhar sobre um **corpus** já constituído, paralisado, fechado e, neste sentido, morto;

b — estabelecer inventários de elementos e de unidades

c — colocar estes elementos ou unidades em relações de oposição, de preferência, oposição binária;

d — estabelecer uma álgebra ou uma combinatória destes elementos e destes pares de oposição.

Chamarei língua ao aspecto da linguagem que se presta a este inventário — **taxinomias**, os inventários e combinações aos quais a língua dá lugar — e, **semiótica**, o modelo que regula a própria investigação.

2) Gostaria, em seguida, de estabelecer que o próprio sucesso do empreendimento tem por contrapartida deixar de fora da inteligência estrutural, a compreensão dos atos, operações e processos constitutivos do discurso. O estruturalismo conduz-nos a pensar de maneira antinômica a relação da língua com o discurso. Farei da **frase** ou do **enunciado** o principal agente desta segunda investigação. Chamarei **semântica** o modelo que lhe regula a inteligência.

3) Enfim, gostaria de dar um resumo das pesquisas que desde agora escapam ao modelo estruturalista — pelo menos sob a forma definida na primeira parte — e que anunciam uma nova inteligência das operações dos processos: esta nova inteligência se situaria acima da antinomia da estrutura e do acontecimento, do sistema e do ato, para a qual nos terá conduzido a investigação estruturalista.

A esta ocasião direi algumas palavras da linguística de Chomsky, conhecida sob o nome de «gramática generativa», que é o dobre de finados do estruturalismo concebido como ciência de taxinomias, dos inventários fechados e das combinações já malogradas.

Mas gostaria sobretudo de esboçar uma reflexão sobre a **palavra** como lugar da linguagem onde se faz constantemente esta troca da estrutura e do acontecimento. Daí o título de minha exposição, onde a palavra foi colocada entre a estrutura e o acontecimento.

Uma tal pesquisa pressupõe uma noção inteiramente fundamental: a saber, que a linguagem é feita de uma hierarquia de níveis. Todos os linguístas o dizem, mas muitos atenuam esta afirmação ao submeter todos os níveis ao mesmo método, por exemplo, aquêle que teve êxito no nível fonológico, onde efetivamente se trabalha com inventários limitados e fechados, com entidades definidas apenas com a prova da comutação, com relações de oposição binária, enfim com combinações rigorosas entre unidades discretas. A questão é saber se todos os níveis são homogêneos. Todo meu estudo repousará sôbre a idéia de que a passagem para a nova unidade do discurso, constituída pela frase ou enunciado, representa um corte, uma mutação, na hierarquia dos níveis; deixarei mesmo entrever no fim que há talvez outros níveis estratégicos como o texto, no qual o encadeamento interno apela para uma espécie diferente de inteligibilidade da frase e da palavra na posição de frase. É com estas grandes unidades da ordem de um texto que uma ontologia do **logos** ou do dizer encontraria lugar; se a linguagem tem algo com o ser é num nível de manifestação ou de eficiência cujas leis são originais com relação aos níveis anteriores.

Enfim, o encadeamento dos métodos, dos pontos de vista, dos modelos, é uma consequência da hierarquia dos níveis na obra da linguagem.

## I — Os Pressupostos da Análise Estrutural

Eu me prenderei menos aos resultados que aos pressupostos que constituem a teoria linguística, no sentido epistemológico forte da palavra teoria. Estes pressupostos, Saussure, fundador da linguística moderna, os apercebeu mas os disse numa linguagem que permanece, muitas vêzes, em atraso com relação à conceptualidade nova que introduz; foi Louis Hjelmslev quem teorizou êstes pressupostos nos seus «Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem» de 1943; o primeiro, êle os enunciou num discurso inteiramente homogêneo ao seu objeto. Enumeremos êstes pressupostos:

1) A linguagem é um objeto para uma ciência empírica; empírica é tomada aqui no sentido moderno; designa não apenas o papel e o primado da observação, mas ainda a subordinação das operações indutivas à dedução e ao cálculo.

Esta possibilidade de constituir a linguagem em objeto específico de uma ciência foi introduzida pelo próprio Saussure na sua distinção famosa da língua e da fala. Ao rejeitar do lado da palavra a execução psico-fisiológica, a «performance» individual e as livres combinações do discurso, Saussure reserva para a língua as regras constitutivas do código, a instituição válida para a comunidade linguística, o conjunto das entidades entre as quais se opera a escôlha nas livres combinações do discurso. Assim é separado um objeto homogêneo: tudo o que concerne à língua, com efeito, no interior do mesmo domínio, enquanto que a fala se dispersa nos registros da psico-fisiologia, da psicologia, da sociologia, e não parece poder constituir o objeto único de uma disciplina específica.

2) Na própria língua é preciso ainda distinguir uma ciência dos estados de sistema, ou linguística sincrônica, e uma ciência das mudanças, ou linguística diacrônica. Saussure, aqui ainda abriu o caminho ao declarar fortemente que estas duas abordagens não podem ser realizadas simultaneamente e que é preciso, além disso, subordinar a segunda à primeira. Levando a tese de Saussure à sua forma radical,

Hjelmslev diria: «Atrás de todo processo deve-se poder encontrar um sistema»; por este segundo pressuposto abre-se uma nova luta pela inteligibilidade: a mudança, considerada como tal, é ininteligível; não a compreendemos senão como passagem de um estado de sistema a um outro, o que significa a palavra diacronia; é, portanto, o sistema, isto é, o arranjo dos elementos num conjunto simultâneo que compreendemos por prioridade.

3) Num estado de sistema não há termos absolutos mas relações de dependência mútua; Saussure dizia: «a linguagem não é uma substância mas uma forma»; se a forma inteligível por excelência é a oposição, diríamos, ainda com Saussure: «na língua há apenas diferenças»; o que quer dizer que não é preciso considerar as significações atribuídas aos signos isolados como etiquetas numa nomenclatura heteroclita, mas os valores relativos, negativos, opositivos destes signos uns a respeito dos outros.

4) O conjunto dos signos deve ser contido por um sistema fechado, a fim de submetê-lo à análise; isto é evidente no nível da fonologia, que estabelece o inventário finito dos fonemas de uma língua dada; mas isto é verdadeiro ainda no nível do léxico, o qual, como nos mostra um dicionário unilingual, é imenso mas não infinito. Mas compreendemo-lo melhor se conseguirmos substituir esta lista praticamente inumerável pelo inventário finito de sub-signos que subentendem nosso léxico e a partir dos quais poderíamos reconstituir a riqueza imensa dos léxicos reais. Enfim, não é inútil lembrar que a sintaxe é constituída por um sistema finito de formas e regras. Se acrescentarmos que num nível mais elevado ainda o lingüista trabalha sempre sobre um **corpus** finito de textos, pode-se formular, de uma maneira geral, o axioma do fechamento que governa o trabalho da análise. Operando assim no interior de um sistema fechado de signos, o lingüista pode considerar que o sistema que analisa não tem nada de fora mas apenas relações internas. É assim que Hjelmslev definia a estrutura: «uma entidade autônoma de dependências internas.»

5) A definição do signo que satisfaz a estes quatro pressupostos rompe inteiramente com a idéia ingênua segundo a qual o signo é tomado por uma coisa; se se separou corretamente a língua da fala, os estados de sistema da história das mudanças, a forma da substância, e o sistema fechado de signos de toda referência a um mundo, é preciso definir o signo não apenas por sua relação de oposição a todos outros signos de mesmo nível, mas ainda em si mesmo como uma diferença puramente interna, puramente imanente. É neste sentido que Saussure distingue o significante e o significado, e Hjelmslev, a expressão e o conteúdo. Este pressuposto poderia ser colocado em primeiro, como Saussure o faz no «Curso»; mas, numa ordem lógica dos pressupostos, esta definição do signo apenas consagra o conjunto dos axiomas anteriores. Sob o regime do fechamento do universo dos signos, o signo é ou uma diferença entre signos ou uma diferença interna em cada signo entre expressão e conteúdo; esta realidade de dupla face cai inteiramente no interior do fechamento lingüístico.

O estruturalismo pode assim ser definido como a tomada de consciência total das exigências contidas nesta série de pressupostos. Certamente Saussure não emprega a palavra «estrutura» mas a palavra «sistema»; a palavra estrutura apareceu apenas em 1928 no «Primeiro Congresso Internacional De Lingüistas» em La Haye, sob a forma «estrutura de um sistema». A palavra «estrutura» apareceu

assim como uma especificação do sistema e designava as combinações restritivas, levantadas antecipadamente no campo inteiro das possibilidades de articulação e de combinação, que criam a configuração individual de uma língua. Mas sob a forma de adjetivo «estrutural», a palavra se tornou sinônima de sistema. O ponto de vista estrutural é assim globalmente oposto ao ponto de vista genético. Ele acumula ao mesmo tempo a idéia de sincronia (prioridade do estado de língua sobre a história), a idéia de organismo (a língua como unidade de globalidades envolvendo partes), enfim a idéia de combinação ou de combinatória (a língua como uma ordem finita de unidades discretas). Assim, da expressão «estrutura de um sistema» se passou ao adjetivo «estrutural» para definir o ponto de vista que contém estas diversas idéias e enfim, a «estruturalismo» para designar as pesquisas que tomam o ponto de vista estruturalista como hipótese de trabalho, talvez como ideologia e arma de combate.

## II — A Fala como Discurso

A conquista do ponto de vista estrutural é seguramente uma conquista da cientificidade. Ao constituir o objeto linguístico como objeto autônomo, a linguística se constitui ela mesma como ciência. Mas a que preço? Cada um dos axiomas que enumeramos é ao mesmo tempo um ganho e uma perda.

O ato de falar não é apenas excluído como execução exterior, como "performance" individual, mas como livre combinação, como produção de enunciados inéditos. Ora, aí está o essencial da linguagem, sua destinação, propriamente falando.

É, ao mesmo tempo, excluída a história, não apenas a mudança de um estado de sistema para outro, mas a produção da cultura e do homem na produção de sua língua. Aquilo que Humboldt tinha chamado a produção e que ele opunha à obra feita não é apenas a diacronia, isto é, a mudança e a passagem de um estado do sistema a um outro estado de sistema, mas a geração, no seu dinamismo profundo, da obra da palavra em cada um e em todos.

É ainda excluir, com a livre combinação e a geração, a intenção primeira da linguagem, que é dizer alguma coisa sobre alguma coisa; esta intenção, o locutor e o auditor a compreendem imediatamente. Para eles a linguagem visa alguma coisa, ou mais exatamente, tem uma dupla pretensão: uma pretensão ideal (dizer alguma coisa) e uma referência real (dizer sobre alguma coisa). Neste movimento, a linguagem transpõe dois limiares: o limiar da idealidade do sentido e além deste sentido, o limiar da referência. Através deste duplo limiar e a favor deste movimento de transcendência, a linguagem «quer dizer»; ela apreende a realidade e exprime a apreensão da realidade no pensamento.

Meillet já dizia: na linguagem é preciso considerar duas coisas: sua imanência e sua transcendência; nós diríamos hoje: sua estrutura imanente e o plano de manifestação, onde seus efeitos de sentido são oferecidos para o abocanhamento da realidade. É preciso, então, equilibrar o axioma do fechamento do universo dos signos por uma atenção à função primeira da linguagem, que é dizer. Por contraste ao fechamento do universo dos signos, esta função constitui sua abertura ou seu fechamento.

Estas considerações ainda compactas e pouco analisadas conduzem a colocar em questão a primeira suposição da ciência da linguagem, a saber, que a linguagem é um objeto para uma ciência empírica. Que a ciência seja um objeto, isto é normal desde que se mantenha a consciência crítica de que este objeto é

inteiramente definido pelos processos, os métodos, os pressupostos e finalmente a estrutura da teoria que deles regula a constituição. Mas se perdemos de vista esta subordinação do objeto ao método e à teoria, tomamos por um absoluto o que é apenas um fenômeno. Ora, a experiência que o locutor e o interlocutor têm da linguagem vem limitar a pretensão de absolutizar este objeto. A experiência que temos da linguagem descobre alguma coisa de seu modo de ser, que resiste a esta redução. Para nós que falamos, a linguagem não é um objeto mas uma mediação; ela é aquilo através do qual, por meio do qual, nós nos exprimimos e exprimimos as coisas. Falar é o ato pelo qual o locutor ultrapassa o fechamento do universo dos signos, na intenção de dizer alguma coisa sobre alguma coisa para alguém; falar é o ato pelo qual a linguagem se ultrapassa como signo em direção à sua referência e em direção do interlocutor. A linguagem quer desaparecer; quer morrer como objeto.

Uma antinomia se esboça; de um lado, a linguística estrutural procede de uma decisão de caráter epistemológico, a de se prender no interior do fechamento do universo dos signos; em virtude desta decisão, o sistema não tem exterior; ele é uma entidade autônoma de dependências internas. Mas é uma decisão metodológica que fez violência à experiência linguística. A tarefa é então, por outro lado, recuperar para a inteligência da linguagem aquilo que o modelo estrutural exclui, e que é talvez a própria linguagem, como ato de fala como **dizer**. É preciso aqui resistir à ação de intimidação, ao verdadeiro terrorismo que não-linguistas ostentam sobre a base de um modelo ingenuamente extrapolado de suas condições de funcionamento. A aparição de uma «literatura» que toma suas próprias operações como tema introduz a ilusão de que o modelo estrutural esgota a inteligência da linguagem. Mas a «literatura» assim concebida é ela mesma uma exceção dentro do campo da linguagem; ela não recobre nem a ciência nem a poesia que, de maneira diferente, assumem a vocação da linguagem como dizer. A conjunção da linguística estrutural e da «literatura» do mesmo nome deve ser ela mesma considerada como um acontecimento muito contingente e de alcance muito limitado. A pretensão de alguns em desmistificar, como eles dizem, a palavra e o dizer deve ser ela mesma desmistificada como não-crítica e ingênua.

Nossa tarefa me parece, de preferência, ir até o fim da antinomia da qual a clara concepção é precisamente o fruto avançado da inteligência estrutural. A formulação desta antinomia é hoje a condição do retorno à inteligência integral da linguagem; **pensar** a linguagem, seria pensar a unidade daquilo mesmo que Saussure separou, a unidade da língua e da fala.

Mas como? O perigo aqui é levantar uma fenomenologia da fala em face a uma ciência da língua, com o risco de recair no psicologismo e no mentalismo, dos quais a linguística nos livrou. Para pensar verdadeiramente a antinomia da língua e da fala seria preciso produzir o ato da fala no próprio seio da língua, à maneira de uma promoção de sentido, de uma produção dialética que faça advir o sistema como ato e a estrutura como acontecimento.

Pois bem, esta promoção, esta produção, este avanço podem ser pensados se assumirmos uma inteligência exata dos níveis hierárquicos da linguagem.

Nada se tem dito ainda sobre esta hierarquia, a não ser que se tem superposto dois planos de articulação: a articulação fonológica e a articulação léxica (e até três planos, se acrescentamos a articulação sintática). Não se ultrapassou ainda o

ponto de vista segundo o qual a língua é uma taxinomia, um **corpus** de textos já emitidos, um repertório de signos, um inventário de unidades e uma combinatória de elementos. A hierarquia dos níveis da linguagem comporta ainda mais que uma sequência de sistemas articulados: fonológica, léxica, sintática. Mudamos verdadeiramente de nível quando passamos da unidade de língua à unidade nova que constitui a frase ou o enunciado. Esta unidade não é mais de língua, mas de fala ou de discurso. Ao mudar de unidade, mudamos também de função ou melhor, passamos da estrutura à função. É então que há oportunidade de reencontrar a linguagem como dizer.

A nova unidade que consideramos agora não é, de maneira alguma, semiológica — se entendemos por isso tudo o que concerne às relações de dependência interna entre signos ou componentes de signos. Esta grande unidade é propriamente semântica, se tomamos esta palavra em seu sentido forte, que não é apenas de significar em geral, mas de dizer alguma coisa, de remeter o signo à coisa.

O enunciado ou frase comporta todos os traços que suportam a antinomia da estrutura e do acontecimento; por suas características próprias, a frase atesta que esta antinomia não opõe a linguagem senão a si mesma, mas a atravessa no seu centro, no seio de sua efetuação.

1) O discurso tem por modo de presença um **ato**, a instância de discurso (Benveniste) que, como tal, é da natureza do acontecimento. Falar é um acontecimento atual, um ato transitório, evanescente; o sistema, ao contrário, é a-temporal porque ele é simplesmente virtual.

2) O discurso consiste numa série de **escóllhas** pelas quais, certas significações são eleitas e outras excluídas; esta escóllha é a contrapartida de um traço correspondente do sistema, o constrangimento.

3) Estas escóllhas produzem combinações **novas**: emitir frases inéditas, compreender tais frases, é o essencial do ato de falar e de compreender a linguagem. Esta produção de frases inéditas em número virtualmente infinito tem por contrapartida o repertório finito e fechado dos signos.

4) É na instância de discurso que a linguagem tem uma referência. Falar é dizer alguma coisa sobre alguma coisa. É aqui que reencontramos Frege e Husserl. No seu famoso artigo «Über Sinn und Bedeutung» (expressões que Peter Geach e Max Black traduziram por Sentido e Referência), Frege tinha perfeitamente mostrado que a intenção da linguagem é dupla: intenção de um sentido ideal (isto é, sem pertinência ao mundo psíquico ou físico) e, intenção de referência, se o sentido pode ser dito inexistente enquanto puro objeto de pensamento, é a referência — a *Bedeutung* — que é enraizar nossas palavras e nossas frases na realidade: «Nós consideremos uma referência da própria proposição: é a exigência da verdade (das *Streben nach Wahrheit*) que nos compele (*treibt*) a avançar (*vordringen*) em direção à referência.» Este avanço do sentido (ideal) em direção à referência (real) é a própria alma da linguagem. Husserl não dirá outra coisa nas «Investigações Lógicas»: o sentido ideal é um vazio e uma ausência que pedem para ser preenchidos. Pelo preenchimento, a linguagem vem para si mesma, isto é, morre para si mesma. Que se distinga, com Frege, **Sinn und Bedeutung** ou, com Husserl, **Bedeutung e Erfüllung**, o que se articula assim é uma intenção significativa que rompe o fechamento do signo, que abre o signo para o outro, em suma, que constitui a linguagem como um dizer, um dizer alguma coisa sobre alguma

coisa. Este momento é contemporâneo da frase. É no plano da frase que a linguagem diz alguma coisa; abaixo dele, não. Com efeito, a dupla articulação de Frege é a mola da predicação, pois «dizer alguma coisa» designa a idealidade do sentido e «dizer sobre alguma coisa» designa o movimento do sentido à referência

Não é preciso então opor duas definições do signo, um como diferença interna do significante e do significado, o outro como referência externa do signo à coisa. Não se pode escolher entre estas duas definições. Uma se relaciona à estrutura do signo no sistema, a outra à sua função na frase.

5) Último traço da instância de discurso: o acontecimento, a escôlha, a inováção, a referência, implicam também uma maneira de designar o sujeito do discurso. Alguém que fale a alguém; eis aí o essencial do ato de comunicação. Por êste traço, o ato do discurso se opõe ao anonimato do sistema; ou melhor, é preciso dizer que o sistema não tem sujeito, mesmo «a gente»; a questão «quem fala?» não tem sentido no nível da língua; a língua é um instrumento, um «organon» simplesmente disponível; a língua não tem pessoa, não é pessoa. Com a frase vem a questão: «quem fala?» A resposta não é forçosamente: «eu.» Mas a questão: «quem fala?» mesmo se deve permanecer simples questão sem resposta, toma sentido apenas neste nível. Há linguagem onde um sujeito pode retomar num ato, numa instância singular de discurso, o sistema de signos que a língua coloca à sua disposição; êste sistema permanece virtual enquanto não é completado, realizado, operado por alguém que, ao mesmo tempo, se endereça a um outro. A subjetividade do ato da fala é, de conjunto, a intersubjetividade de uma alocução.

Mas aqui ainda não poderíamos nos contentar em repetir essas análises clássicas da fenomenologia post-husserliana; é preciso incorporá-las no domínio linguístico, no estilo proposto acima. Assim como é preciso ligar a passagem do semiológico ao semântico na unidade nova da frase, é preciso mostrar como o sujeito falante advém no seu próprio discurso por meio da mesma unidade. A fenomenologia do sujeito falante encontra aquí um apóio sólido nas investigações de linguístas como Émile Benveniste sobre o pronome pessoal e as formas verbais aparentadas (demonstrativos, advérbios de tempo e de lugar), sobre o nome próprio, sobre o verbo e os tempos, sobre a afirmação e a negação, e em geral, sobre as formas da alocução inerentes na instância de discurso. A própria expressão: instância de discurso indica que não basta justapor uma vaga fenomenologia do ato da fala a uma rigorosa linguística do sistema da língua, mas que se trata de ligar língua e fala na obra do discurso.

Eu me limitarei aquí a um só exemplo, o do pronome pessoal e das relações das pessoas no verbo (Émile Benveniste: «Problemas de Linguística Geral» — 226-236, 251-266). Os pronomes pessoais, (**eu**, **tu**, **êle**) são certamente, de início, fatos de língua; um estudo estrutural das relações de pessoa no verbo deve preceder tôda interpretação da incidência do pronome em cada instância do discurso: assim **eu** e **tu** se opõem conjuntamente a **êle**, como a pessoa à não pessoa, e se opõem entre si como aquêle que fala àquêle a quem se endereça. Mas êste estudo estrutural não poderá esgotar a inteligência destas relações: constitui apenas o prefácio. A significação **eu** não é formada senão no instante em que aquêle que fala dela apropria o sentido para se designar a sí mesmo; a significação **eu** é, em cada vez única: ela se refere à instância de discurso que a contém e unicamente a ela: «**EU** é o indivíduo que enuncia a presente instância de discurso contendo a

instância linguística «eu» (ibid. 252). Fora desta referência a um indivíduo particular que se designa a si mesmo dizendo **eu**, o pronome pessoal é um signo vazio, do qual não importa quem possa dêle se apoderar; o pronome permanece ali, na minha língua, como um instrumentto disponível, para converter esta língua em discurso, pela apropriação que faço dêsse signo vazio.

Nós surpreendemos assim a articulação da língua e da fala: ela repousa, em parte sôbre signos particulares — ou «indicadores» — dos quais os pronomes pessoais são apenas uma espécie, com os demonstrativos e os advérbios de tempo e de lugar; êstes signos não conotam uma classe de objetos mas designam a presente instância do discurso: êles não nomeiam, mas indicam o **eu**, o **aquí**, o **agora**, o **isto**, em suma, a relação de um sujeito falante com uma audiência e uma situação. O admirável é que «a linguagem é de tal maneira organizada que permite a cada locutor se apropriar da língua inteira ao se designar como «eu» (262). O problema do verbo será retomado no mesmo espírito. Há, de uma parte, uma estrutura das relações de tempo características de uma língua dada; há, por outra parte, a enunciação do tempo numa instância de linguagem, numa frase; é esta enunciação que se designa a sí mesma pelo tempo presente, e por êsse meio, põe em perspectiva todos os outros tempos. Esta referência ao presente é inteiramente comparável ao papel «ostensivo» dos pronomes demonstrativos (**isto**, **aquilo**) e das locuções adverbiais (**aquí**, **agora**): Este presente tem como referência temporal apenas um dado linguístico: a coincidência do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve.» (262)

Isto é dizer que o **eu** é uma criação da linguagem? O lingüista é tentado a dizer: «a linguagem, escreve Benveniste, apenas funda na realidade, na sua realidade que é aquela do ser, o conceito «ego» (259). O fenomenólogo objetará que a capacidade do locutor de se colocar como sujeito e de se opôr a outro como seu interlocutor é o pressuposto extralinguístico do pronome pessoal. Ele será fiel com respeito a distinção do semiológico e do semântico, segundo a qual é apenas na língua que os signos se reduzem a diferenças internas; a êste título, **eu** e **tu**, como signos vazios são criações da língua; mas o uso **hic et nunc** dêstes signos, pelo qual o vocábulo **eu** adquire um valor semântico, supõe a apropriação dêste signo vazio por um sujeito que se coloca ao se exprimir através dêle. Certamente a colocação **eu** e a expressão **eu** como o demonstrativo isto cria o espetáculo dêsse mundo para o qual aponta o indicador «ostensivo». O sujeito se coloca como o mundo se mostra. Pronomes e demonstrativos estão a serviço desta colocação e desta mostra; designam mais pròximamente o absoluto desta colocação e desta mostra que se encontram aquém ou além da linguagem: o aquém pessoal de onde a linguagem procede enquanto ato de fala, o além mundano em direção ao qual se dirige enquanto diz algo sôbre algo. A linguagem não é mais fundamento ou objeto: ela é mediação; é o **médium**, o meio no qual e pelo qual o sujeito se coloca e o mundo se mostra.

Assim, é no mesmo nível e na mesma instância de discurso que a linguagem tem uma referência e um sujeito, um mundo e uma audiência. Não é espantoso que a referência ao mundo e a auto-referência sejam excluídas juntamente pela linguística estrutural, como não constitutivas do sistema como tal. Mas esta exclusão é sòmente o pressuposto que é necessário instaurar para constituir uma ciência

de articulações; ela não vale mais quando se trata de atingir o nível de efetuação onde um locutor realiza sua intenção significativa relativamente a uma situação e a uma audiência. Alocução e referência vêm juntas com o ato, acontecimento, escôlha, inovação.

### III — A Estrutura e o Acontecimento

Chegados a êste ponto, seríamos tentados a nos afligir pela antinomia. Sem dúvida, o estruturalismo a ela conduz. Mas esta passagem pela antinomia não é vã: constitui o primeiro nível — o nível pròpriamente dialético — de um pensamento constituinte. Eis porque, num primeiro tempo, não há outra coisa a fazer senão reforçar esta antinomia do sistemático e do histórico, opôr termo a termo, o acontecimento ao virtual, a escôlha à restrição, a inovação à instituição, a referência ao fechamento, a alocução ao anonimato.

Mas, num segundo tempo, é necessário explorar novos caminhos, ensaiar novos modêlos de inteligibilidade, onde a síntese dos dois pontos de vista será de nôvo pensável. Trata-se então de encontrar instrumentos de pensamento capazes de dominar o fenômeno da linguagem, que não é nem a estrutura, nem o acontecimento, mas a conversão incessante de um no outro no discurso.

1) É na ordem da **sintaxe** que a linguística post-estruturalista fêz atualmente progressos espetaculares. A escola de Chomsky nos Estados Unidos trabalha atualmente sôbre a noção de «gramática generativa»; dando as costas para as taxinomias do primeiro estruturalismo, esta linguística nova parte da frase e do problema colocado pela produção de frases novas. No comêço de «Current Issues in Linguistic Theory» (Monton, 1964), Chomsky escreve: «O fato central sôbre o qual deve dar atenção tôda linguística significativa é êste: um locutor exercitado pode produzir na sua língua uma frase nova no momento oportuno, e outros locutores podem compreendê-la imediatamente, se bem que ela seja igualmente nova para êles. A maior parte de nossa experiência linguística, como locutor e como auditor, tem relação com frases novas; uma vez que adquirimos o domínio de uma língua, a classe das frases com as quais podemos operar correntemente e sem dificuldade ou hesitação, é tão vasta que podemos considerá-la como infinita sob todos os aspectos: no da prática e manifestamente também no da teoria. O domínio normal de uma língua implica não apenas a capacidade de compreender imediatamente um número indefenido de frases inteiramente novas, mas também na aptidão de identificar frases desviadas e eventualmente submetê-las à interpretação... É claro que uma teoria da linguagem que negligencia êste aspecto «criador» tem apenas um interêsse marginal». (ibid. p. 7-8)

Um nôvo conceito de estrutura é assim requerido para dar conta daquilo que Chomsky chama a gramática da língua. Definia esta nêstes têrmos: «A gramática é um processo que determina a série infinita das frases bem formadas e atribui a cada uma delas uma ou mais descrições estruturais.» (p. 9). Assim a descrição estrutural antiga, resulta em determinação de uma regra dinâmica de engendramento que subentende a competência do leitor. Chomsky não cessa de opôr uma gramática generativa aos inventários de elementos característicos das taxinomias caras aos estruturalistas. Estamos assim de volta aos cartesianos (o último livro de

Chomski se chama» «Cartesian Linguistic») e à Humboldt, para o qual a linguagem não é produto, mas produção, geração.

No meu sentido, é esta nova concepção da estrutura como dinamismo regulado que vencerá o primeiro estruturalismo; ela o vencerá integrando-o, isto é, ao situá-lo exatamente no seu nível de validade. É a este problema que voltarei num estudo ulterior.

Mas quero dizer desde já que não devemos nos sentir desprovidos de recursos em face a este novo desenvolvimento da linguística. Nós temos, se assim posso dizer, uma doutrina de acolhimento na obra do grande lingüista francês — muito desconhecido — Gustave Guillaume. Sua teoria dos sistemas morfológicos, isto é, das formas do discurso é uma espécie de gramática generativa, seus estudos sobre os tempos do verbo mostram como a obra do discurso é colocar as palavras em posição de frase. Aquilo que chamamos formas do discurso — as categorias do nome, do verbo, etc. — tem por função acabar, terminar, fechar a palavra de maneira a inserí-la na frase, no discurso. Ao colocar a palavra em posição de frase, o sistema das formas permite às nossas palavras e aos nossos discursos se aplicarem à realidade. Mais particularmente, o nome e o verbo são categorias do discurso graças aos quais nossos signos estão, de alguma maneira, «transferidos para o universo» sob o aspecto de espaço e tempo. Ao configurar a palavra em nome e em verbo, estas categorias tornam nossos signos capazes de apreender o real, e os protege de se fecharem na ordem finita, fechada, de uma semiologia.

Mas a morfologia apenas preenche esta função porque a ciência do discurso e dos sistemas tais como aqueles do artigo, do verbo, etc. . . . é uma ciência de operações e não uma ciência de elementos. Que não a acusem de mentalismo! Esta acusação, que está a inibir muitos pesquisadores, é válida contra um psicologismo da imagem e do conceito, isto é, contra a alegação de conteúdos psíquicos acessíveis apenas à introspecção. Ela é estúpida enquanto se coloca contra as operações. Aquí também seria preciso saber se subtrair a interditos mais ou menos terroristas.

Mais do que tudo, recorrer a Gustave Guillaume, neste ponto de nossa pesquisa, nos ajuda a quebrar um preconceito e a preencher uma lacuna. O preconceito é este: nós nos representamos de bom grado a sintaxe como a forma mais interior da linguagem, como a perfeição da auto-suficiência da linguagem. Nada é mais falso. A sintaxe não assegura a cisão da linguagem, o que já fez a constituição do signo no sistema fechado e taxinômico. A sintaxe, porque ela depende do discurso e não da língua, está sobre o trajeto de retorno do signo em direção à realidade. É porque as formas do discurso, tais como o nome e o verbo, marcam o trabalho da linguagem para apreender a realidade sob seus aspectos espaciais e temporais: o que Gustave Guillaume chama «transferir o signo para o universo». Isto prova que uma filosofia da linguagem não tem apenas que inteirar-se da distância e da ausência do signo com relação à realidade (a cabana vazia de Lévi Strauss); só se pode se ater a este ponto de vista apenas enquanto se considera o sistema fechado das unidades discretas que compõem a língua; ele não basta mais desde que abordemos o discurso em ato. Evidencia-se então que o signo não é apenas aquilo que falta às coisas; não é apenas ausente

das coisas e diferente delas; éle é aquilo que quer se aplicar, para exprimir, prender, apreender e finalmente mostrar, fazer ver.

Eis porque uma filosofia da linguagem não deve se limitar às condições de possibilidade de uma semiologia: para se inteirar da ausência do signo nas coisas, a **redução** das relações de natureza e sua mutação em relações significantes basta. É preciso além disso satisfazer às condições de possibilidade do discurso, enquanto êste é uma tentativa sempre renovada para exprimir integralmente o pensável e o dizível de nossa experiência. A redução — ou todo ato comparável por sua negatividade — aí não basta mais. A redução é apenas o inverso, a face negativa, de um **querer-dizer** que aspira se tornar um **querer-mostrar**.

Qualquer que seja o destino da obra de Chomsky na França e dos recursos que Gustave Guillaume pode oferecer à sua assimilação, o interêsse filosófico desta nova fase da teoria linguística é evidente: uma relação nova, de caráter não-antinômico está para se instituir entre estrutura e acontecimento, entre regra e invenção, entre limitação e escôlha, graças a conceitos dinâmicos do gênero da **operação estruturante** e não mais do **inventário estruturado**.

Eu espero que a antropologia e as outras ciências humanas saberão dêles tirar as consequências, como elas o fazem neste momento com o antigo estruturalismo, no momento em que seu declínio começa na linguística.

2) Eu queria esboçar uma superação paralela da antinomia da estrutura e do acontecimento na ordem semântica. Eis aqui que reencontro meu problema da palavra.

A palavra é muito mais e muito menos que a frase.

É muito menos porque não há ainda palavra antes da frase. Que é que há antes da frase? Signos, isto é, diferenças no sistema, valôres no léxico. Mas não há ainda significação, entidade semântica. O signo, enquanto diferença do sistema, não diz nada. Eis porque é preciso dizer que em semiologia não há palavra, mas valôres relativos, diferenciais, opositivos. A êste respeito Hjelmslev tem razão: se separamos da semiologia a substância dos sons e a das significações, tais como elas são uma e outra accesíveis ao sentimento dos locutores, é preciso dizer que a fonética e a semântica não pertencem à semiologia. Uma e outra dependem do **uso** e do **emprêgo**, não do **esquema**. Ora o esquema só é essencial à língua. O uso e o emprêgo estão na encruzilhada da língua e da fala. É preciso então concluir que a palavra nomeia ao mesmo tempo que a frase diz. Ela nomeia na posição de frase. No dicionário, há apenas a ronda sem fim dos têrmos que se definem em círculo, que rodopiam no fechamento do léxico. Mas eis que alguém fala, alguém diz alguma coisa; a palavra sai do dicionário; ela se torna palavra no momento em que o homem se torna fala, em que a fala se torna discurso e o discurso frase. Não é por acaso que no alemão WORT — palavra — é também WORT, a fala (mesmo que Wort e Wort não tenham o mesmo plural). As palavras são signos em posição de fala. As palavras são o ponto de articulação do semiológico e do semântico, em cada acontecimento de fala.

Assim, a palavra é como um cambista entre o sistema e o ato, entre a estrutura e o acontecimento: de um lado, ela depende da estrutura, como um valor diferencial, mas é, então, apenas uma virtualidade semântica; por outro, ela depende do ato e do acontecimento, porque sua atualidade semântica é contemporânea da atualidade esvanescente do enunciado.

Mas é aqui também que a situação se inverte. A palavra, eu disse, é menos que a frase, no sentido de que sua atualidade de significação é tributária daquela da frase: mas é mais que a frase de um outro ponto de vista. A frase, já o vimos é um acontecimento; a este título, sua atualidade é transitória, passageira, esvaescente. Mas a palavra sobrevive à frase. Como entidade deslocável, ela sobrevive à instância transitória do discurso e se mantém disponível para novos emprêgos. Assim, sobrecarregada com um nôvo valor de emprêgo — por magra que seja — ela retorna ao sistema. E ao retornar ao sistema, ela lhe dá uma história.

Para explicar este processo, retomarei a análise do problema da polissemia que tentei algures compreender diretamente mas sem dispor ainda da distinção que apercebo hoje entre uma semiologia, ou ciência dos signos nos sistemas, e uma semântica, ou ciência do uso, do emprêgo dos signos em posição de frase. O fenômeno da polissemia é incompreensível se não introduzirmos uma dialética do signo e do emprêgo dos signos na posição de frase, da estrutura e do acontecimento. Em termos puramente sincrônicos, a polissemia significa que uma palavra, num momento dado, tem mais de um significado, que suas significações múltiplas pertencem ao mesmo estado de sistema. Mas a esta definição falta o essencial que concerne não à estrutura, mas ao processo. Há um processo de nomeação, uma história do uso que tem sua projeção na sincronia, sob forma de polissemia. Ora, este processo de transferência de sentido — da metáfora — supõe que a palavra é uma entidade cumulativa, capaz de adquirir novas dimensões de sentido, sem perder as antigas. É este processo cumulativo, metafórico, que se projeta sobre a superfície do sistema como polissemia.

Ora, aquilo que aqui chamo projeção é apenas um caso do retôrno do **acontecimento ao sistema. É o caso mais interessante e talvez o mais fundamental**, se é verdade, como dissemos, que a polissemia é o pivô da semântica. É o mais interessante, porque aí surpreendemos mais forçosamente o que chamei as trocas entre a estrutura e o acontecimento; com efeito, este processo se apresenta como um concurso de dois fatores: um fator de expansão, e no limite, de sobrecarga; com efeito, a palavra, em virtude do processo cumulativo, a que eu me refiro tende a se encarregar de novos valores de emprêgo; mas a projeção deste processo cumulativo no sistema dos signos implica que a nova significação encontra seu lugar no interior do sistema: a expansão e eventualmente, a sobrecarga, é detida pela limitação mútua dos signos no interior do sistema. Pode-se falar, neste sentido, de uma ação limitativa do campo oposta à tendência de expansão, que resulta do processo cumulativo da palavra. Assim se explica o que se poderia chamar uma polissemia regulada, que é a lei da nossa linguagem. As palavras têm mais de um sentido, mas não têm um sentido infinito.

Este exemplo mostra o quanto os sistemas semânticos diferem dos sistemas semiológicos: estes podem ser tratados sem nenhuma referência à história; são sistemas intemporais, porque virtuais; a fonologia disso dá a melhor ilustração; entram em jôgo apenas as oposições binárias entre unidades distintivas. Em semântica, ao contrário, a diferenciação das significações resulta do equilíbrio entre dois processos, um processo de expansão e um processo de limitação, os quais forçam as palavras a ajustar para si mesmas um lugar no meio das outras, em hierarquizar seus valores de emprêgo. Este processo de diferenciação é irredutível a uma sim-

ples taxinomia. A polissemia regulada é de ordem pancrônica, isto é, ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica, na medida em que uma estória se projeta nos estados de sistemas, os quais, desde então, são apenas perfís instantâneos no processo do sentido, no processo da nomeação.

Compreende-se então o que acontece quando a palavra volta ao discurso, com sua riqueza semântica. Tôdas nossas palavras sendo polissêmicas em algum grau, a univocidade ou a plurivocidade de nosso discurso não é obra das palavras, mas dos contextos. No caso do discurso unívoco, isto é, do discurso que tolera apenas uma significação, é a tarefa do contexto ocultar a riqueza de semântica das palavras, de reduzi-las, ao estabelecer o que o Sr. Greimas chama uma isotopia, isto é, um plano de referência, uma temática, um tópico idêntico para tôdas as palavras da frase (por ex.: se desenvolvo um «tema» geométrico, a palavra volume será interpretada como um corpo no espaço; se o tema é de biblioteca, a palavra volume será interpretada como designando um livro). Se o contexto tolera ou mesmo preserva muitas isotopias ao mesmo tempo, nós trabalharemos com uma linguagem efetivamente simbólica, que diz **outra** coisa ao dizer **uma** coisa. No lugar de crivar uma dimensão de sentido, o contexto deixa passar muitos, e até consolida muitos, que correm juntos à maneira dos textos superpostos de um palimpsesto. A polissemia de nossas palavras é então liberada. Assim o poema deixa se reforçar mutuamente todos os valores semânticos; mais de uma interpretação é então justificada pela estrutura de um discurso que dá permissão às múltiplas dimensões do sentido de se realizarem mutuamente. Em suma, a linguagem está em festa. É bem numa estrutura que esta abundância se ordena e se desdobra: mas a estrutura da frase não cria absolutamente nada; ela colabora com a polissemia de nossas palavras para produzir êste efeito de sentido que chamamos discurso simbólico, e a polissemia de nossas palavras resulta ela própria do concurso do processo metafórico com a ação limitativa do campo semântico.

Assim não cessam de se complicar e de se renovar as trocas entre estrutura e acontecimento, entre sistema e ato. É evidente que a instalação de uma ou de muitas isotopias é obra de sequências muito mais longas que a frase e que seria preciso, para prosseguir esta análise, mudar ainda de nível de referência, considerar o **encadeamento de um texto**: sonho, poema ou mito. É neste nível que reencontrarei meu problema de hermenêutica. Mas é na unidade complexa da palavra, me parece, que tudo se desenvolve. É aí que a troca da gênese e da estrutura se lê claramente. Mas para interpretar corretamente êste **trabalho** da linguagem, é preciso reaprender a pensar como Humboldt, em termos de processo mais do que em termos de sistema, de estruturação que de estrutura.

A palavra me pareceu ser o ponto de cristalização, o nó de tôdas as trocas entre estrutura e função. Se ela tem esta virtude que nos constrange a crer em novos modelos de inteligibilidade, é porque ela mesma está na intersecção da língua e da fala, da sincronia, e da diacronia, do sistema e do processo. Remontando do sistema ao acontecimento, na instância do discurso, ela traz a estrutura ao ato da fala. Ao retornar do acontecimento para o sistema, traz a êste contingência e o desequilíbrio, sem o que êle não poderia nem mudar, nem durar; em suma, dá uma «tradição» à estrutura que, em si mesma, está fora do tempo.

Eu me detenho aqui, mas não desejarei que se creia que o fenômeno da linguagem foi esgotado; outras abordagens permanecem possíveis. Acabo de fazer

uma alusão sôbre o nível do texto e à estratégia da exegese que corresponde a êste nível ulterior de organização. Estendendo mais longe na mesma direção encontraremos os problemas colocados por Heidegger concernentes à Ontologia da linguagem. Mas êstes problemas exigirão não apenas uma mudança de nível, mas uma mudança de consideração. Heidegger não procede segundo a ordem ascendente que temos seguido, que é uma ordem progressiva dos elementos às estruturas, depois, das estruturas aos processos. Segue uma ordem diferente — perfeitamente legítima em sí mesma — que consiste em partir do ser dito, do pêsô ontológico de linguagens completas como a do pensador, do poeta, do profeta. Assim apoiado na linguagem que pensa, êle se põe a caminho em direção ao ser, êle se põe em direção ao falar: *Unterwegs Zur Sprache*. Pois talvez estejamos nós também a caminho em direção à linguagem se bem que seja ela mesma o caminho. Êste caminho heideggeriano em direção à linguagem, eu não tomarei; mas me permitam, em conclusão, dizer que não o fechei, se explicitamente não o abrí. Não o fechei, porque nossa própria tentativa consistiu em passar do fechamento do universo dos signos à abertura do discurso. Haverá então um nôvo esforço para uma meditação sôbre a «palavra». Pois há grandes palavras, palavras potentes — Mikel Dufrenne delas fala magnificamente em «A Poética»: em favor do processo de nomeação, estas palavras operam a captura de algum aspecto do ser, por uma espécie de violência que delimita aquilo mesmo que a palavra abre e descobre. São as grandes palavras do poeta, do pensador; elas mostram, elas deixam ser aquilo que acumulam dentro dos seus recintos. Mas se esta ontologia da linguagem não pode se tornar nosso tema, em virtude mesmo do procedimento dêste estudo, pelo menos pode ser apercebida como horizonte desta investigação. Considerada a partir dêste horizonte, nossa investigação parece muda e guiada por uma convicção, a saber, que o essencial da linguagem começa além do fechamento dos signos. Nós nos prendemos no fechamento dos signos quando descemos em direção aos elementos, aos inventários e às nomenclaturas e em direção às combinações subjacentes. Mais, com efeito, nós nos afastamos do plano de manifestação, para mergulharmos na espessura da linguagem em direção das unidades sub-lexicais, mais nós realizamos o fechamento da linguagem. As unidades que revelamos pela análise nada significam: são simples possibilidades combinatórias; elas não dizem nada: se limitam a ligar e a desligar. Mas no movimento de ir e retornar entre a análise e a síntese, o retôrno não é equivalente à ida; no caminho do retôrno, ao remontar os elementos em direção ao texto e ao poema inteiro, emerge, na esquina da frase e da palavra, uma problemática nova que tende a eliminar a análise estrutural; esta problemática própria ao plano do discurso, é a do dizer. O surgimento do dizer, no nosso falar, é o próprio mistério da linguagem; o dizer, é o que eu chamo de abertura, ou melhor, a abertura da linguagem.

Vocês adivinharam que a abertura mais extrema pertence à linguagem em festa.